



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

PROJETO DE LEI Nº91/2024

AUTOR: DEPUTADO ESTADUAL JOÃO LUIZ

“Dispõe sobre a preservação do sauim-de-coleira (*Saguinus bicolor*) no Estado do Amazonas e estabelece parcerias com órgãos estaduais para sua efetiva conservação”.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS DECRETA

Art. 1º Esta lei estabelece medidas para a preservação do sauim-de-coleira (*Saguinus bicolor*), primata endêmico da região amazônica, considerado criticamente em perigo de extinção pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

Art. 2º Fica instituído o Programa de Preservação do Sauim-de-Coleira, o qual será coordenado em parceria pelos seguintes órgãos estaduais:

I - secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS);

II - instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM);

III - secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura (SEINFRA).

Parágrafo único. O Programa de Preservação do Sauim-de-Coleira será executado em colaboração com instituições de pesquisa, organizações não governamentais e demais entidades envolvidas na conservação da biodiversidade.

Art. 3º Os órgãos ambientais competentes, mencionados no caput do artigo 2º, deverão mapear e identificar as áreas de ocorrência do sauim-de-coleira, adotando medidas para sua preservação e recuperação.

Art. 4º Fica proibida a realização de empreendimentos públicos ou privados que incidam em áreas com ocorrência do sauim-de-coleira, salvo mediante autorização específica dos órgãos ambientais competentes, após avaliação rigorosa dos impactos ambientais.



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

Art. 5º Para os empreendimentos licenciados, será obrigatória a elaboração de planos de mitigação de impactos ambientais que contemplem a preservação do sauim-de-coleira, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Programa de Preservação do Sauim-de-Coleira.

Art. 6º Fica estabelecida a obrigatoriedade de consulta prévia, com a participação do Grupo de Trabalho do Plano de Ação Nacional para a Conservação do Sauim-de-Coleira (Pan Sauim), em todos os processos de licenciamento ambiental ou urbanístico que impactem as áreas de ocorrência da espécie.

Art. 7º O descumprimento das disposições desta lei sujeitará os infratores às penalidades previstas na legislação ambiental estadual e federal.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 9º O poder executivo regulamentará esta lei no que couber para sua melhor efetivação.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PLENÁRIO RUY ARAÚJO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 06 de fevereiro de 2024.


JOÃO LUIZ
Deputado estadual
REPUBLICANOS



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

JUSTIFICATIVA

Submeto à apreciação desta nobre casa legislativa o Projeto de Lei que estabelece medidas cruciais para a preservação do sauim-de-coleira (*Saguinus bicolor*), primata endêmico da região amazônica, atualmente considerado criticamente em perigo de extinção pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN).

A presente proposta de lei, que institui o Programa de Preservação do Sauim-de-Coleira, apresenta fundamentos sólidos na legislação vigente, refletindo não apenas a necessidade premente de ações para a conservação dessa espécie ameaçada, mas também a conformidade com princípios e normativas já estabelecidos. Seguem alguns respaldos legais que sustentam a justificativa do projeto:

Lei Federal nº 9.605/1998 - Lei de Crimes Ambientais: A legislação federal de crimes ambientais, em seu Artigo 29, prevê penalidades para quem "matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente". A proposta de proibir empreendimentos em áreas de ocorrência do sauim-de-coleira, salvo autorização específica, está alinhada com a prevenção desses crimes ambientais.

Lei Federal nº 12.651/2012 - Código Florestal: O Código Florestal estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, da fauna e dos recursos naturais, incluindo critérios para a autorização de supressão de vegetação e intervenção em áreas de preservação permanente. A presente proposta, ao proibir empreendimentos sem autorização específica em áreas com a presença do sauim-de-coleira, respeita as diretrizes do Código Florestal.

Lei Federal nº 13.123/2015 - Lei da Biodiversidade: Esta legislação trata do acesso ao patrimônio genético, à proteção e ao acesso ao conhecimento tradicional associado. No contexto do projeto, a participação ativa de instituições de pesquisa e organizações não governamentais está em sintonia com a Lei da Biodiversidade, promovendo o envolvimento dessas entidades na preservação da espécie.

Lei Estadual nº 2.118/2017 - Política Estadual de Meio Ambiente: A legislação estadual que estabelece a Política Estadual de Meio Ambiente do Amazonas respalda a atuação da



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM) na implementação do Programa de Preservação do Sauim-de-Coleira.

Lei Federal nº 9.985/2000 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC): O SNUC estabelece normas para a criação, implantação e gestão de unidades de conservação. A proposta de proibir empreendimentos em áreas de ocorrência do sauim-de-coleira está em consonância com os objetivos de conservação e preservação estabelecidos pelo SNUC.

Ademais, temos o que preceitua o Art. 23 da Constituição Federal:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

Seguindo no mesmo diploma legal em seu Art. 24, nos mostra que compete aos estados legislar concorrentemente com a União e Distrito Federal sobre fauna, conservação da natureza e proteção ao meio ambiente e em seu Art. 225. proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

Av. Mário Ypiranga Monteiro, n.º 3.950 - Ed. Dep. José de Jesus Lins de Albuquerque - Parque Dez
CEP 69.050-030 - Manaus - AM - Brasil



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

- I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; (Regulamento)
- II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento)
- III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (Regulamento)
- IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade; (Regulamento)
- V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; (Regulamento)
- VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
- VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Ao considerar esses respaldos legais, o Projeto de Lei busca uma abordagem integrada e harmônica com a legislação ambiental vigente, visando a proteção efetiva do sauim-de-coleira e a promoção da biodiversidade amazônica.

O sauim-de-coleira, espécie emblemática e de relevância ecológica indiscutível, demanda ações imediatas e coordenadas para assegurar sua sobrevivência diante das ameaças que enfrenta. Neste contexto, apresento o Programa de Preservação do Sauim-de-Coleira,



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

delineado para ser executado em estreita colaboração entre os órgãos estaduais competentes, a saber, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), o Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM) e a Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura (SEINFRA).

Este programa, que também prevê a participação ativa de instituições de pesquisa, organizações não governamentais e demais entidades dedicadas à conservação da biodiversidade, visa mapear e identificar as áreas de ocorrência do sauim-de-coleira. Adicionalmente, impõe a necessidade de adotar medidas efetivas para sua preservação e recuperação.

A legislação proposta proíbe a realização de empreendimentos públicos ou privados em áreas com a presença do sauim-de-coleira, a menos que haja autorização específica dos órgãos ambientais competentes, após uma avaliação criteriosa dos impactos ambientais. Para os empreendimentos licenciados, estabelece-se a obrigatoriedade de elaborar planos de mitigação de impactos ambientais, alinhados às diretrizes do Programa de Preservação do Sauim-de-Coleira.

Ressalta-se, ainda, a imprescindibilidade da consulta prévia, com a participação do Grupo de Trabalho do Plano de Ação Nacional para a Conservação do Sauim-de-Coleira (Pan Sauim), em todos os processos de licenciamento ambiental ou urbanístico que afetem as áreas de ocorrência desta espécie ameaçada.

Cumprir destacar que o descumprimento das disposições previstas nesta lei acarretará penalidades em conformidade com a legislação ambiental estadual e federal. A responsabilidade pelo financiamento das ações decorrentes desta lei será suportada por dotações orçamentárias próprias, as quais, se necessário, serão suplementadas.

Por fim, deixo claro que a regulamentação desta lei caberá ao Poder Executivo, visando a efetiva implementação das medidas propostas para a preservação do sauim-de-coleira.

Confio no comprometimento desta Casa Legislativa com a causa ambiental e na compreensão da urgência em proteger esta espécie singular que integra nosso patrimônio natural. Conto com o apoio de todos os nobres colegas para a aprovação deste projeto vital para a preservação da biodiversidade amazônica.

Av. Mário Ypiranga Monteiro, n.º 3.950 - Ed. Dep. José de Jesus Lins de Albuquerque - Parque Dez
CEP 69.050-030 - Manaus - AM - Brasil



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

Por todo o exposto, solicito apoio dos ilustres pares para aprovação deste projeto.

**PLENÁRIO RUY ARAÚJO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em
Manaus, 06 de fevereiro de 2024.**


JOÃO LUIZ
Deputado estadual
REPUBLICANOS

Documento 2024.10000.00000.9.006513
Data 22/02/2024



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

TRAMITAÇÃO
Documento Nº 2024.10000.00000.9.006513

Origem

Unidade: DJL-PROJETOS
Enviado por: LUANA CRISTINA DE SOUZA CABRINI
Data: 22/02/2024

Destino

Unidade: DIRETORIA DE APOIO LEGISLATIVO
:

Despacho

Motivo: ANÁLISE E PROVIDENCIAS

Despacho: ENCAMINHO 01 (UM) PROJETO DE LEI PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS.